

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 434.603 - SC (2013/0384136-4)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : CELSO NIZER
ADVOGADO : WILLYAN ROWER SOARES - SC020906
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **CELSO NIZER** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 280):

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL ATIVIDADE ESPECIAL. USO DE EPI. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. REGRAS PERMANENTES. TUTELA ESPECÍFICA.

- 1. Ausente início de prova material a demonstrar a atividade rural, inviável seu reconhecimento.*
- 2. Constando dos autos a prova necessária a demonstrar o exercício de atividade sujeita a condições especiais, conforme a legislação vigente na data da prestação do trabalho, deve ser reconhecido o respectivo tempo de serviço.*
- 3. A exposição habitual e permanente a níveis de ruído acima dos limites de tolerância estabelecidos na legislação pertinente à matéria sempre caracteriza a atividade como especial, independentemente da utilização ou não de EPI ou de menção, em laudo pericial, à neutralização de seus efeitos nocivos.*
- 4. Possível afastar o enquadramento da atividade especial somente quando comprovada a efetiva utilização de equipamentos de proteção individual que elidam a insalubridade.*
- 5. Presentes os requisitos de tempo de contribuição e carência, é devida à parte autora a aposentadoria por tempo de contribuição, nos termos dos artigos 56 e seguintes do Dec. n.º 3.048/99.*
- 6. Determina-se o cumprimento imediato do acórdão naquilo que se refere à obrigação de implementar o benefício, por se tratar de decisão de eficácia mandamental que deverá ser efetivada mediante as atividades de cumprimento da sentença stricto sensu previstas no art. 461 do CPC, sem a necessidade de um processo executivo autônomo (sine intervallo).*

Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 341)

Nas razões do apelo especial, aponta o recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 12, VII, e parágrafos 1º e 10 da Lei 8.212/91, 11, VII e parágrafos 1º e 9º, e 55, § 2º, da Lei 8.213/91, e 1º-F da Lei 9.494/97.

Sustenta que "*O início de prova material disposto na lei nada mais é do que indícios do exercício de determinada atividade laboral. Trata-se da demonstração, ainda que mínimo, do exercício rural*" (fl. 356).

Aduz que "*No presente caso, o recorrente requer o reconhecimento do exercício do trabalho rural, na propriedade do Sr. Antonio Ribeiro Batista, no município de Irineópolis/SC, de modo indispensável para o cultivo e produção da lavoura, sem ajuda de empregados, no período de 19/12/1971 a 30/06/1975*" (fl. 358).

Defende que "*o simples fato de o pai do apelante desempenhar a atividade de ferroviário, não é suficiente para desqualificar o labor rural devidamente comprovado, uma vez que não há qualquer prova nos autos de que tais rendimentos dispensavam o aludido labor*" (fl. 358).

Por fim, alega que "*é evidente que o artigo 1º-F, da Lei n. 9.494/97 ofende o princípio da isonomia ao disciplinar regra de atualização monetária e de juros de mora, para pagamento dos valores devidos pela Fazenda Pública, diversa da regra para pagamento dos valores devidos à Fazenda Pública*" (fl. 374).

Sem contrarrazões.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não comporta acolhida.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Superior Tribunal de Justiça

A seguir, anote-se, que o TRF da 4ª Região, por meio da decisão de fl. 553, informa que *"A questão relativa à correção monetária já restou solvida nesse Regional, pugnando o autor pela remessa do seu agravo para a Corte Superior p análise das questões remanescentes."*

Dito isso, passo à análise das questões remanescentes.

A controvérsia dos autos cinge-se ao reconhecimento de tempo de serviço rural, para fins de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

Nesse contexto, o Tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos probatórios dos autos, concluiu que o autor não logrou comprovar o exercício de atividade rural no período alegado, adotando as seguintes razões de decidir (fls. 578/579): adotando as seguintes razões de decidir (fls. 269/271):

A questão controversa cinge-se à possibilidade de reconhecimento do período rural de 19-12-71 a 30-06-75 e da especialidade do período 24.8.1989 a 17.3.1997, frente à legislação previdenciária aplicável à espécie, e à conseqüente concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, a contar da data do requerimento na via administrativa, em 9-5-08.

Acerca do pedido do autor, o juízo monocrático, assim decidiu:

(...)

No caso concreto, vieram aos autos os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do autor, registrado sob a condição de servente em 24.7.1975 (fls. 24);*
- b) Certificado de dispensa da incorporação do autor, qualificado como lavrador, a lápis, em 1978 (fls. 39 v.); e*
- c) Declaração particular de que o autor trabalhou em regime de economia familiar de 1969 a 1974 (fls. 50).*

Os documentos em nome de terceiro (pai, filho, marido, esposa) são hábeis à comprovação do trabalho rural exercido pelos outros membros do grupo familiar que laboram em regime de economia familiar, devendo ser corroborados por prova testemunhal idônea e consistente, em consonância com o entendimento jurisprudencial sufragado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, como se verifica de acórdãos das suas colendas 5ª e 6ª Turmas (REsp n.º 576.912-PR, 5.ª Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJU de 02-08-2004, p. 518 e AGA n.º 463.855-SC, 6ª Turma, Rei. Min. Paulo Gallotti, DJU de

Superior Tribunal de Justiça

02-08-2004, p. 582).

Todavia, a documentação apresentada se mostra escassa e extremamente frágil, sobretudo por se tratar de declaração particular unilateral, bem como de certificado militar cuja qualificação de lavrador, datada de 1978 e escrita a lápis, se contradiz com a inscrição em CTPS, segundo a qual o autor detinha contrato urbano com a Rede Ferroviária Federal S.A (fl. 29). '

O próprio autor, em seu depoimento, não soube explicar o motivo pelo qual se qualificou como lavrador em 1978, quando já não mais o era (fls. 172/173).

Ademais, o autor afirmou em seu depoimento que também trabalhava em uma olaria existente na propriedade, de modo que resta descaracterizada a atividade rural (fl. 173 v.).

Além disso, a alegação de exercício de atividade em regime de economia familiar não merece acolhimento, tendo em conta que o pai do autor era ferroviário (fl. 172); em assim sendo, não ficou comprovada a atividade rural do autor, seja sob o regime de economia familiar, seja sob a condição de diarista.

Logo, em face da fragilidade da prova produzida, o pedido de averbação do serviço rural deve ser julgado improcedente.

Ao que se observa, o Tribunal de origem decidiu em sintonia com o entendimento nesta Corte, no sentido de que, para a obtenção de benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de serviço, mediante o cômputo do tempo de serviço rural, o exercício de atividade campestre deve ser demonstrado por início de prova material corroborado por idônea prova testemunhal.

Por outro lado, a questão foi decidida na instância ordinária de acordo com os fatos e provas constantes nos autos, de forma que a alteração das conclusões adotadas, tal como colocado pelo recorrente, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, anote-se o seguinte precedente:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL NÃO CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Não pode ser avaliada nesta Corte a alegação de

Superior Tribunal de Justiça

suficiência de provas testemunhais, que serviriam de apoio ao início de prova documental apresentada nos autos, para fins de comprovação do labor rural.

2. O Tribunal de origem, com amparo nos elementos de convicção dos autos, decidiu que os depoimentos colhidos se mostraram inconsistentes, inaptos a corroborar com o acervo probatório apresentado, que objetivou comprovar o trabalho rurícola.

3. No caso dos autos, a prova testemunhal não robustece a prova material. Entender de modo diverso do consignado pelo Tribunal a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

4. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 451.375/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/02/2014, DJe 24/02/2014)

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao presente agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator